



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001738-52.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **JONATHAN DE ALMEIDA PEDROZO**
Requerido: **MARIA INES DO NASCIMENTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido veículo, recebendo os documentos a ele pertinentes.

Alegou ainda que não conseguiu regularizar essa situação, transferindo o automóvel para o seu nome, tendo em vista que a ré – em nome de quem ele ainda se encontra – se recusa a assinar o correspondente recibo.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação que especificou.

Os documentos que instruíram a petição inicial respaldam satisfatoriamente as alegações do autor, não se suscitando qualquer dúvida a propósito da aquisição, pelo mesmo, do automóvel em apreço.

Por outro lado, a ré não apresentou nenhum argumento consistente que justificasse sua recusa em assinar o recibo de venda do bem.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A circunstância de não ter recebido parte do preço quando o alienou não basta para tanto, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias tendentes ao recebimento da importância a que porventura faça jus.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, com a imposição à ré da obrigação postulada e, em caso de descumprimento, a expedição de alvará para a devida regularização da situação posta.

Aliás, essa última alternativa transparece adequada para que os registros administrativos concernentes ao automóvel guardem ligação com a situação fática, cumprindo enfim a finalidade precípua para a qual se destinam.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a transferir para o seu nome o automóvel indicado nos autos no prazo de cinco dias, contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado.

Ressalvo desde já que na hipótese de descumprimento pela ré da obrigação imposta deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para o autor, dando-se por suprida a assinatura da ré para que isso sucedesse.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**